

Designação	Localização
Estado-maior . . . . .	Coimbra.
Unidade de Apoio . . . . .	Coimbra.
Regimento de Infantaria n.º 13 . . . . .	Vila Real.
Regimento de Infantaria n.º 14 . . . . .	Viseu.
Regimento de Infantaria n.º 19 . . . . .	Chaves.
Regimento de Artilharia n.º 4 . . . . .	Leiria.
Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 . . . . .	Queluz.
Regimento de Cavalaria n.º 6 . . . . .	Braga.
Regimento de Engenharia n.º 3 . . . . .	Espinho.
Comando da Brigada de Reacção Rápida . . . . .	Tancos.
Comando e Gabinete . . . . .	Tancos.
Estado-maior . . . . .	Tancos.
Unidade de Apoio . . . . .	Tancos.
Escola de Tropas Pára-Quedistas (18) . . . . .	Tancos.
Centro de Tropas Comandos . . . . .	Mafra.
Centro de Tropas de Operações Especiais (19) . . . . .	Lamego.
Regimento de Infantaria n.º 3 . . . . .	Beja.
Regimento de Infantaria n.º 10 (20) . . . . .	São Jacinto.
Regimento de Infantaria n.º 15 . . . . .	Tomar.
Unidade de Aviação Ligeira do Exército (21) . . . . .	Tancos.
Forças de Apoio Geral	
Regimento de Lanceiros n.º 2 . . . . .	Amadora.
Regimento de Engenharia n.º 1 . . . . .	Lisboa.

**Observações****Denominação anterior do órgão**

(1) Direcção de Documentação e História Militar.

(2) Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal.

(3) Direcção de Recrutamento.

(4) Presídio Militar.

(5) Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal.

(6) Banda Militar da Região Militar do Sul.

(7) Banda Militar da Região Militar do Norte.

(8) Centro de Finanças da Logística.

(9) Escola Militar de Electromecânica.

(10) Direcção dos Serviços de Engenharia.

(11) Direcção dos Serviços de Saúde.

(12) Centro de Saúde da Região Militar do Sul.

(13) Centro de Saúde do Campo Militar de Santa Margarida.

(14) Direcção dos Serviços de Finanças.

(15) Comando da Instrução.

(16) Gabinete de Inspetores de Instrução.

(17) Batalhão de Informações e Segurança Militar.

(18) Escola de Tropas Aerotransportadas.

(19) Centro de Instrução de Operações Especiais.

(20) Área Militar de São Jacinto.

(21) Grupo de Aviação Ligeira.

**Despacho n.º 12 556/2006 (2.ª série).** — Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e no acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino que:

1 — Portugal implemente o STANAG 1446 ML (ED.02) «NATO Standard Procedures for the Operation of Advanced and Forward Logistic Sites — ALP-4.1 SUPP 1».

2 — A implementação será efectuada na Força Aérea na data de ratificação nacional.

30 de Maio de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

**Despacho n.º 12 557/2006 (2.ª série).** — Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia

das forças militares e no acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN:

Determino o seguinte:

1 — Portugal ratifique e implemente o STANAG 1371 MAROPS (ED.07) «Secret Allied Maritime Tactical Instructions and Procedures — AtP 55 (a)».

2 — A implementação do referido documento ocorrerá na Marinha em data coincidente com a data de promulgação definida por parte da autoridade OTAN competente.

30 de Maio de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

**Despacho n.º 12 558/2006 (2.ª série).** — Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e no acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;